

Entrevista realizada com o Professor Doutor Durval Muniz de Albuquerque, em primeiro de junho de 2011.

Daniele Maia Tiago; Flávio Silva de Oliveira e Frederick Gomes Alves. Mestrandos em História pela Universidade Federal de Goiás. Diretores da Revista de Teoria da História. E-mail: revistateoriadahistoria@hotmail.com

Revista: Pensamos em começar, professor, pelo seu conceito de *invenção*, o pilar de todas as suas pesquisas. Assim, gostaríamos que o senhor nos explicasse como o senhor elaborou este conceito que veio a orientar todas as suas pesquisas.

Durval: Bem, na noção de invenção eu quero deixar patente a forma como se constituem tanto os objetos quanto os sujeitos históricos; parto do pressuposto que não existe nenhum objeto ou sujeito que seja natural, sua construção ocorre na própria história, pois os sujeitos e os objetos são construção da própria história. Invenção não quer dizer que algo se originou do nada, a invenção se dá a partir de alguma coisa, não há nada inventado que não tenha pressupostos, que não tenha algo que o anteceda. A palavra invenção tem esse sentido de ressaltar, de remarcar que aquilo foi construído em um dado momento, pelos homens, pelas relações sociais, que foi construído no campo da cultura, no campo do pensamento, que emergiu a partir de ações humanas, então uso a noção de invenção nesse sentido, para destacar o acontecimento, para reforçar essa idéia de que as coisas surgem historicamente num dado momento, a partir de um conjunto de fatores, um conjunto de relações, a palavra invenção tem esse sentido de ressaltar a historicidade, tanto dos objetos quanto dos sujeitos, de analisar como eles são construídos, como as identidades espaciais, os recortes temporais, os conceitos, os objetos são produtos de um processo histórico, produtos de uma construção que se dá no tempo.

Revista: Então teria uma ligação também com o prefixo re-invenção?

Durval: Re-invenção já teria o sentido de uma re-leitura, de uma re-elaboração de algo que foi criado num dado momento, que foi inventado num dado momento. Re-invenção não no sentido de re-inventar ou re-criar algo que já estava pronto ou criado, a idéia de invenção

tenta demarcar justamente o fato de que não existe nada que não tenha sido criado num dado momento, claro que estamos falando do que é humano, do que é cultural, do que é social, quer dizer, não estamos falando aqui da natureza, estamos falando da história, da sociedade, da cultura, quer dizer, que as coisas nesses campos são criadas e recriadas, são ressignificadas; quer dizer o homem é um ser que se relaciona com o mundo através do conceito, da palavra. Isto não é estar negando que o mundo empírico exista, mas o homem não se relaciona com o mundo empírico na sua rudeza, na sua brutalidade. O homem se relaciona sempre com o mundo a partir da linguagem, a partir dos conceitos, a partir dos significados, é claro que existe um mundo fora dos homens, mas o mundo humano é aquele que ele internaliza, que ele constitui, que ele constrói a partir da linguagem, a partir dos conceitos, a partir das suas noções. É evidente que ninguém está negando a dimensão empírica da realidade, do mundo. Mas a realidade humana não é a empiria, a realidade humana é a empiria organizada conceitualmente, pensada, refletida, submetida a uma escolha, quer dizer nós não conseguimos apreender toda a diversidade do mundo, nós fazemos escolhas, nós selecionamos, nós lembramos de algumas coisas e esquecemos de outras. Portanto o mundo humano é esse mundo constituído a partir dos conceitos, da linguagem, das representações, dos símbolos...

Revista: Em seu livro *História: a arte de inventar o passado*, o senhor coloca essa ideia de inventar o passado como uma arte, e a história como essa arte. Em que momento podemos considerar a dualidade da história como arte/ciência, ou a história seria apenas uma arte?

Durval: Primeiro a gente tem que desfazer um determinado conceito de arte, que é um conceito do século XIX que justamente contrapunha a arte à ciência. E a ideia de arte como diversão, a arte como lugar da fruição, a arte como sendo o lugar de não-conhecimento. A arte é uma forma de conhecimento, a arte é uma forma de construção do mundo, a arte é uma forma de conceitualizar o mundo, a arte é uma forma de construir formas que ainda não existem no mundo, de dotar o mundo de sentido e de significado, assim como a ciência. A ciência é também tudo isso. A ciência é uma linguagem, assim como a arte, a ciência é uma forma de conhecimento assim como a arte é. A ciência dota o mundo de objetos que ele não tem e formas que ele não tem, de matérias que ele não tinha, a arte faz a mesma coisa. O que as diferencia são as regras de produção, existem regras para a produção da

arte e regras para a produção da ciência, que são diferentes, que se modificam de épocas para épocas, de lugar para lugar. Então a história, quando digo que ela é uma arte, é porque a história não pode existir sem a dimensão poética, narrativa, que constrói o próprio passado. A história tem dimensões científicas na medida em que ela é um saber regado, metodizado, que ela segue regras de conjunto, regras definidas por dadas instituições. Michel de Certeau vai chamar a atenção para isso, para o fato de que o que garante a cientificidade da história é a sua inscrição em instituições. Instituições que definem regras, que definem códigos, que são consensuados pelos pares, que são consensuados pelos próprios profissionais, regras que mudam ao longo do tempo. Isso não implica desconhecer o fato de que não existe história sem *poiesis*, não existe história sem imaginação, não existe história sem a capacidade de narrar, sem produção de sentido, não existe história sem ficção. Ficção que, ao contrário do que vai pensar lá o século XIX, ficção não quer dizer mentira, ficção não tem nada a ver com o contraposto de verdade. Ficção é a construção de sentido, é a dotação de sentido, é a produção linguística de sentido, é a construção do mundo através de alguma forma de linguagem, e a história inventa o passado porque constrói sentidos para ele, inventa o passado porque dota o passado de sentido, utilizando a narrativa, utilizando as figuras de linguagem, utilizando metáforas, metonímias, utilizando estruturas de enredo, utilizando tipos de argumentação. Os autores na história desenvolvem estilos, há uma dimensão literária que faz a história, que tem inclusive uma consequência sobre o resultado do trabalho do historiador, quer dizer, a narrativa da história não é uma coisa superficial, mas é uma coisa fundamental. Nós fazemos uma série de operações, operações técnicas para a produção de documentos, para a construção de arquivos, para a crítica documental, nós submetemos essa documentação a uma análise conceitual, nós problematizamos, mas o resultado final do trabalho do historiador só se dá quando a gente conta, quando a gente narra uma história, o trabalho do historiador resulta numa narrativa, resulta num texto literário, portanto, a narrativa vai ter uma repercussão sobre a própria qualidade da representação, sobre a própria qualidade da significação que se faz do passado. Então, um bom historiador depende da qualidade de sua narrativa, uma boa história depende da forma como ela é narrada.

Revista: Podemos então pensar naquela querela que havia entre: literatura é ficção e história são os fatos em si, a verdade; ela já é então quebrada nesse sentido que o senhor

falou, de que ficção é bem diferente dessa busca da verdade, e sim uma construção.

Durval: Sim, a verdade também é do campo da ficção no sentido de que a verdade é também construção humana. Não estamos mais na época do positivismo, de achar que a verdade é a correspondência do discurso ao real que está fora dele, que é possível que o discurso, que as palavras digam exatamente como as coisas são, isso é absolutamente uma visão inocente, a linguagem não espelha o mundo, a linguagem constrói o mundo, a linguagem dota o mundo de sentidos e de significados, você olha para o mundo sempre a partir de um ponto de vista, você não tem como ter o olhar que abarque toda a realidade e que diga efetivamente o que ela é. A realidade é para nós um conceito, a mesma coisa que a verdade, a verdade é uma construção, uma construção social, uma construção política, isto quer dizer, a verdade é sempre constituída por instituições sociais, que em cada sociedade estão autorizadas a produzir a verdade, cada sociedade define instituições para produzir a verdade, para ser o lugar de produção da verdade. Na nossa sociedade definimos que a universidade, que a ciência é lugar da verdade, o lugar de produção da verdade. Nós construímos lugares e instituições para a produção da verdade. Pois a verdade é sempre uma produção coletiva, não é individual, por isso você não pode ter aquela visão relativista-simplista de que para cada um existe uma verdade, isso não existe, a verdade é um consenso, a verdade é produção política, é produção coletiva. Mas existem instâncias especialmente legitimadas para a produção da verdade, instituições que são financiadas, pagas, sustentadas, que sustentam profissionais para produzir a verdade, que é veiculada através de outras instituições, por exemplo, a mídia está aí para isso, são instituições que veiculam a verdade, que produzem a verdade e que faz com que as pessoas acreditem nessas verdades. E justamente o trabalho do historiador implica em pôr em questão as verdades construídas para o passado e pelos homens do passado, esse é o papel do historiador: um papel crítico, um papel de duvidar das verdades que lhes chegam sobre o passado, e de duvidar portanto das próprias verdades que são ditas sobre o presente. O trabalho do historiador é mostrar como as verdades são construídas ao longo da história, mostrar que aquilo que nós acreditamos como verdade teve um processo de construção, de constituição, e portanto temos que trabalhar mostrando como essas verdades foram construídas. Existe um conjunto de verdades sobre o Nordeste que nasceram em determinado momento histórico, verdade que agente continua reproduzindo, que agente continua repetindo: que ele é subdesenvolvido, que ele é pobre, que ele é discriminado

pelo Estado, que ele é discriminado pelo Sul, ou seja, uma série de verdades que constituem o que seria o Nordeste. Ou seja, verdades que foram construídas num dado momento, por instituições, por pessoas, por discursos, e cabe ao historiador mostrar isso.

Revista: Então o senhor acredita que esta seria a função social do historiador? Essa seria a posição do historiador frente à sociedade?

Durval: Sim. O papel social do historiador é justamente utilizar o passado para que ele incida criticamente sobre o presente. Estabelecer a diferença entre passado e presente. Nós somos construtores de temporalidades, o historiador fornece interpretações do passado para justamente diferenciar o que é o passado e o que é o presente, e tem o poder de olhar criticamente o próprio presente. O historiador é justamente alguém que convida as pessoas a uma 'brincadeira' muito interessante que é: sair de seu próprio tempo e olhar esse tempo de fora. O historiador convida você a ir para o século XVIII e de lá olhar para o nosso tempo, estabelecer as diferenças entre o nosso tempo e aquele, estabelecer as contigüidades e continuidades, as rupturas e as semelhanças entre o século XVIII e o nosso século. Quando vamos estudar os romanos, ninguém chega aos romanos por causa dos romanos apenas. Quando Gibbon escreveu sobre o declínio do Império Romano ele estava pensando no declínio do Império Inglês, ele estava pensando como historiador, como Lorde, como um membro da Câmara dos Lordes; estava tentando dizer aos ingleses: "olha, Roma que foi um Império do passado, caiu; nós somos o Império do presente, e o que devemos fazer para não seguir o mesmo caminho que Roma seguiu?" Ninguém, portanto, escreve sobre o passado apenas por causa do passado, quando Burckhardt sai falando sobre o Renascimento, na verdade era para fazer uma crítica à sociedade de seu tempo, a sociedade burguesa que para ele era uma sociedade utilitarista, que não dava valor às artes, que tinha uma visão rebaixada de mundo, que tinha uma visão filistina de cultura. Então, o historiador constrói imagens do passado, mas justamente para, ao mesmo tempo, construir imagens do presente e incidir criticamente sobre o próprio presente.

Revista: Explorando uma questão conceitual. O que pensa o senhor sobre a definição de pós-modernidade? Como que o senhor pensa a respeito do trabalho do historiador diante destes conceitos tão divergentes na história?

Durval: Olha, os vários paradigmas que estão a disposição dos historiadores, não existe entre eles inferioridade, nenhum é melhor do que outro, são paradigmas diferentes, são propostas diferentes de ver a história, de construir a história. As teorias da história são lentes, são óculos que você bota e através delas você vê o mundo de uma determinada forma, você enxerga ele de uma determinada cor ou não, você vê determinada cor e outras você não vê. As teorias da história modificam-se ao longo do tempo e evidentemente essas classificações que existiam e existem como formas de justificativa política, como formas de justificativa cultural, como partícipes de embates ideológicos, não existe, portanto, nenhuma hierarquia entre elas. Não existe nenhuma teoria da história que faça tudo e nem que explique tudo. A teoria da história é uma lente que ajuda você a enxergar certas coisas, mas que leva a não enxergar outras. Uma, como o marxismo, faz ver a participação na história da classe operária, das forças de trabalho, dos movimentos sociais, mas por outro lado não permitia que se visse a importância da cultura, a importância das idéias, a importância das representações, que a história cultural veio trazer. Então as teorias da história são formas de ver, de enxergar o passado, que tem a ver com formas de pensar historicamente localizada.

Revista: Nesse sentido o senhor acha que o conceito de pós-moderno veio ofuscar, tentar barrar a noção de moderno?

Durval: O conceito do pós-moderno é mais um conceito que tenta construir uma visão de etapas na história, que ainda aposta nas grandes periodizações, que lida com a ideia de ruptura total do processo histórico com as estruturas saindo da modernidade e passando para a pós-modernidade. É um conceito inclusive pobre porque define uma época pela negação de outra, defini-se um tempo por vir depois de outro, mas qual não é assim. Mas o que vem depois? O que o diferencia? Não deixa muito claro, né? Então primeiro eu prefiro não lidar com noções como a de pós-moderno, eu acho que não existe essa coisa unitária chamada pós-modernidade. Acho que estamos vivendo justamente o momento de fragmentação da modernidade, de crise da modernidade. Agora para onde se está indo, acho que estamos muito implicados nesse processo para conseguir saber ou intuir.

Revista: A fragmentação. Essas pesquisas fragmentadas, essa construção de micro-identidades, pesquisas mais regionais, a especialidade, tudo isso caracterizaria a

fragmentação do moderno?

Durval: Estamos vivendo um momento de proliferação das identidades, e ao mesmo tempo um momento de crise das identidades. A própria proliferação faz com que a identidade seja cada vez mais frágil, padecendo de uma durabilidade cada vez menor. Vivemos a diversificação, a complexificação, das formas de compreender, de pensar, de entender o mundo, quer dizer, a globalização cultural significou o contato entre diferentes culturas, com diferentes formas de compreender e pensar o mundo. Nós podemos dizer que esse momento é onde grandes metanarrativas entraram em crise, onde os projetos políticos totalitários perderam legitimidade, e agora vivemos um momento de multiplicação das narrativas, de multiplicação das interpretações e dos projetos políticos.

Revista: Assim, seria possível caracterizar suas pesquisas sobre a região Nordeste como uma desmistificação de uma identidade formada do nordestino. Ou seja, uma identidade formada já que o senhor tenta trazer um outro conceito do Nordeste.

Durval: Eu não acho que minha pesquisa sobre a Invenção do Nordeste tenha nascido simplesmente da minha cabeça. Ela surge de um contexto em que as identidades estão sendo questionadas, as identidades nacionais, as identidades regionais, quer dizer, na mesma hora em que estava escrevendo minha tese, o Edward Said estava escrevendo o *Orientalismo*, que é um trabalho muito parecido, que é um livro que trata da invenção do Oriente pelo Ocidente, depois O'Gorman lançou a *Invenção da América*, o Benedict Anderson lançou *Comunidades Imaginadas*, meu trabalho resultou daquilo que Foucault chamou de uma formação discursiva onde o conceito de identidade deixa de ser fundamental para se pensar a diferença. A diferença se torna o conceito fundamental, central, pensando como as diferenças são construídas, como as identidades são construídas, então a minha pesquisa sobre o Nordeste está neste campo, em que se desnaturaliza as identidades, em que se torna um pressuposto o fato de que as identidades espaciais têm história, são construções políticas, são produto de um momento histórico preciso.

Revista: Olhando seu trabalho, percebemos a grande influência da historiografia francesa nele. Como o senhor avalia a interferência da historiografia francesa no Brasil e como que

se daria a relação desta historiografia com a historiografia de origem alemã, que divergem entre si?

Durval: A historiografia brasileira sempre teve uma influência francesa, quer dizer, o primeiro curso de graduação e pós-graduação em História foi na Universidade de São Paulo, muito dedicada à historiografia francesa, muita ligada à *Escola dos Annales*. A USP é a grande formadora de quadros que hoje compõem as universidades do Brasil. A maioria daqueles que cursaram a pós-graduação no país em nossa área se dirigiram para a USP, para a Universidade de São Paulo. Muitos historiadores brasileiros tiveram sua formação feita diretamente na França, fizeram a pós-graduação lá, então efetivamente nós tivemos um diálogo muito próximo com a historiografia francesa e o pensamento francês. O que não significa que não tenhamos contato com a historiografia inglesa, com a historiografia norte-americana, mas a historiografia francesa é efetivamente majoritária entre nós, porque ela é majoritária em grande parte do mundo. A *Escola dos Annales*, ao lado do marxismo, são as duas grandes escolas historiográficas do século XX, e acho que no Brasil a nossa formação historiográfica tem uma relação ainda hoje muito forte com os franceses, está aí o Michel De Certeau, Roger Chartier, o François Hartog, François Dosse, todos eles vêm ao Brasil periodicamente, Serge Gruzinski, são pessoas que continuam circulando no Brasil e tendo bastante influência sobre nossa historiografia.

Revista: Uma última pergunta. Qual a importância de uma revista de teoria da história no Brasil, qual sua importância no meio acadêmico, ou seja, ter produções de teoria da história?

Durval: A área de pesquisa em teoria da história só agora vem se firmando no Brasil. Ela sofria um grande preconceito e ainda sofre por parte de determinados historiadores, que acham que pesquisa em teoria da história não é propriamente pesquisa, e eu ouvi ainda recentemente colegas fazendo diferença entre estudos de Historiografia e História mesmo: história mesmo é aquela que vai para o arquivo, em que o historiador se cobre de poeira, em que ele vai para o arquivo em busca de documentos do século XVI, do século XVII, e que trata de uma determinada temática histórica, e as pesquisas no campo da história da historiografia e no campo da teoria seriam pesquisas sem documento, seriam pesquisas daquele que não tem interesse verdadeiro em fazer a pesquisa histórica, que é

a pesquisa do arquivo, pois o trabalho em teoria não exigiria ir para o arquivo. Ora, o que fez com que a obra de Foucault, um filósofo, tivesse um impacto tão grande sobre os historiadores é que Foucault era um grande pesquisador de arquivos, alguém que chafurdava nos arquivos para de lá extrair conceitos, ou seja, ele era um filósofo que ia nos arquivos para de lá produzir conceitos, portanto a área de teoria pode muito bem ter uma relação tão intensa com o arquivo como qualquer outra área da história. Da mesma forma acontece com história da historiografia que exige tanto pesquisa de arquivo quanto pesquisa bibliográfica como qualquer outra área da história, da historiografia exige. A área de teoria está se firmando no Brasil, nós temos algumas revistas, como a de vocês, que têm um papel bastante importante nisso, nós temos já alguns programas de pós-graduação oferecendo linhas de pesquisa nessa área, nós temos agora uma associação que reúne pesquisadores de teoria e história da historiografia, temos alguns encontros que são periódicos, que se realizam, inclusive, todo ano, portanto acho que a área está se firmando e isso só tende efetivamente a fortalecer a própria historiografia brasileira, porque uma historiografia que não se pensa criticamente, que não pensa os conceitos que usa, que não historiciza os conceitos com os quais lida, que não historiciza as próprias correntes historiográficas e as teorias que adota, é uma historiografia mais frágil do que aquela que se dedica a fazer uma crítica permanente de seus próprios pressupostos.